

# Comunicação e Acessibilidade em Biblioteca na Era Digital

Sergio Roberto Cosmano<sup>1</sup>

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Fundacentro, São Paulo, SP, Brasil

O objetivo deste artigo é realizar discussão sobre a questão dos meios de comunicação e a acessibilidade em relação ao processo de inclusão social em bibliotecas públicas na era das tecnologias digitais, e observar como se configuram os discursos de acessibilidade em relação às bibliotecas. Atreladas às tecnologias de informação e comunicação (TICs), podem contribuir para o processo de construção do conhecimento de seus usuários, pesquisadores, trabalhadores e pessoas com deficiência. Nas diretrizes das bibliotecas públicas, a gestão em serviços pode contribuir com a aprendizagem em todo o processo de desenvolvimento humano, facilitando o acesso e o uso da informação. Para que o ambiente de pesquisa atenda às necessidades e às expectativas dos seus usuários, as fontes disponíveis devem ser claras, de interface adequada, de usabilidade e interatividade satisfatórias e com acessibilidade facilitada. Quanto aos conteúdos, cumpre que a informação seja qualitativa, pertinente e relevante. Diante disso, por meio de uma análise ponderada observar como as bibliotecas públicas, universitárias e especializadas contribuem para que as pessoas com deficiência tenham acesso às informações em seus ambientes físicos e midiáticos.

**Palavras-chave:** Bibliotecas; Acessibilidade; Comunicação; Inclusão Social; Tecnologias Digitais.

The aim of this article is to discuss the issue of media and accessibility in relation to social inclusion in public libraries in the age of digital technologies process and see how to configure the discourses of accessibility in relation to libraries. Linked to information and communication technologies (ICTs) can contribute to the process of building knowledge of its users, researchers, workers and people with disabilities. In the guidelines of public libraries, the management services can help with learning the whole process of human development, facilitating access and use of information. For the research environment meets the needs and expectations of its users, the available sources must be clear, suitable interface, usability and satisfactory interactivity and easier accessibility. As for the contents, meets the information is qualitative, pertinent and relevant. Therefore, using a weighted analysis to observe how the public, academic and special libraries contribute to that persons with disabilities have access to information in its physical and media environments.

**Keywords:** Accessibility; communication; Social Inclusion; Digital technologies.

---

<sup>1</sup>Doutorando em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Bibliotecário da Fundacentro. E-mail: scosmano@gmail.com

## Introdução

A biblioteca está relacionada com a comunicação, ambas são os fatores importantes que serão discutidos no desenvolvimento da pesquisa. Após um breve relato sobre a comunicação, adentraremos o tópico da biblioteca.

As novas formas de mediação e interação ampliaram o modo como os indivíduos se relacionam e compartilham ideias, permitindo-lhes aumentar o seu campo de conhecimento e se familiarizar com os acontecimentos do mundo, utilizando diversos meios provenientes de multimídias, como textos, imagens, vídeos, áudio, animação e documentos digitais. Outro aspecto a ser tratado com relação à comunicação e ao homem é o que devemos estar atentos para proporcionar às pessoas o compartilhamento de tudo para que elas se tornem cidadãs valorizadas. Tais possibilidades podem ser consideradas de suma importância para o desenvolvimento humano.

Mas as tecnologias por si mesmas não podem suprir de forma completa todas as necessidades informacionais necessárias do contexto social. No relato de Sfez (1990, p. 162-163), a comunicação é considerada um regimento que se insere na relação dos seres vivos para perpetuar a espécie, bem como para proporcionar proteção das ações humanas, do reino animal ou da biodiversidade. Mas, quando há dificuldades na comunicação em relação ao homem, que interferem em suas ações e conduta, a sociedade torna-se impedida de manifestar seus anseios.

Outro fator fundamental, apontado por Castells (2009, p. 108-109), é a questão da quebra do “paradigma da tecnologia da informação”. Tal orientação poderá servir para proporcionar a direção a ser seguida rumo às mudanças relativas à sociedade. Cumpre notar, nesse sentido, que as tecnologias devem atuar para disponibilizar a informação de forma ampla, e não o contrário. No entanto, a atuação dos efeitos das novas tecnologias de informação no individual e no coletivo deve ser adaptada, para se tornar uma rede maleável e integrada, com a finalidade de proporcionar o acesso à interação e ao desenvolvimento intelectual.

Por sua vez, entra nesse contexto a biblioteca, como instituição que media a informação e o conhecimento para a humanidade. Também conhecida como centro de informação, a biblioteca é de extrema importância para o desenvolvimento humano e da sociedade, sendo considerada o elo entre o saber e o homem.

Segundo Milanesi (2003, p. 24), a biblioteca é a mais antiga criação cultural. Desde que o homem passou a documentar o saber em “tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos e papéis impressos” ela continua presente na história e nas tradições, como na de Alexandria, existente na “época de Cristo”, e multiplicando-se nas igrejas “medievais”, acondicionando o conhecimento da humanidade.

Romani e Borszcz (2006, p. 6) apontam que “as bibliotecas têm um valor inquestionável para a sociedade” e são consideradas guardiãs do conhecimento da humanidade. Não são observadas apenas como um ambiente adequado para se colocar livros, mas para romper as barreiras por meio das “redes de comunicação”, proporcionando a conexão ao “mundo do conhecimento” de qualquer localidade.

As bibliotecas evoluíram, em seus aspectos físicos e midiáticos, do rudimentar ao imaterial, e podem contribuir para o processo de construção do conhecimento de seus usuários, pesquisadores, trabalhadores e pessoas com deficiência. Contudo, esse paradoxo é muitas vezes incompreensível; por um lado, tanta informação e tecnologia; por outro, tanta desinformação e falta de comunicação adequada. Nesse sentido, nota-se a necessidade de planejar as bibliotecas em prol dos usuários com deficiência, que necessitam de ferramentas adequadas para realizar pesquisas e ter acesso à informação.

No entanto, na descrição de Lancaster (1996, p. 11-13), para que as bibliotecas atuem como facilitadoras na geração de novos conhecimentos e venham a obter sucesso na função de atender bem os seus usuários, é necessário que sejam orientadas e sigam algumas regras. Por exemplo, uma das leis da biblioteconomia, formulada por Ranganathan, assegura orientar e avaliar segundo critérios e métodos, além de proporcionar a expressão das metas que um serviço de informação deveria se esforçar para alcançar; essa lei salienta que a “biblioteca é

um organismo em crescimento”. A contemporaneidade impõe que as bibliotecas se adaptem, tanto para suprir as necessidades informacionais sociais, como para acompanhar a evolução tecnológica, e assim possam atender os usuários de forma rápida e eficiente.

A Fundação Biblioteca Nacional ampliou o conceito tradicional de biblioteca, ao afirmar que se trata de:

[...] uma instituição que agrupa e proporciona o acesso aos registros do conhecimento e das ideias do ser humano, através de suas expressões criadoras. Como registros entende-se todo tipo de material em suporte papel, digital, ótico ou eletrônico (vídeos, fitas cassetes, CD-ROMs, etc.) que, organizados de modo a serem identificados e utilizados, compõem seu acervo. Sem fins lucrativos, objetiva atender à comunidade em sua totalidade. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17).

Além das definições acima, no contemporâneo, o desenvolvimento das TICs e a sua relação com a cibercultura vêm permitir que lugares como as bibliotecas sejam visitados virtualmente, em tempo real e sem limites, e ainda proporcionem muita interatividade, além do acesso a tecnologias digitais. Lévy (2010, p. 17) classifica a “cibercultura” como um composto de procedimentos “materiais”, mentais e da subjetivação, que crescem em conjunto com a rede.

Utilizando tanto os espaços físicos quanto o mundo online (virtual) ou digital, as pessoas podem se informar e adquirir conhecimentos em qualquer ponto em que se encontrem, e isso é de suma importância para o ser humano e sua cidadania. Uma pessoa bem informada é capaz de reconhecer, acessar e saber os seus direitos fundamentais previstos na Constituição, tais como saúde, educação, direitos previdenciários e direitos humanos. Por essa razão, o acesso à informação tem sido cada vez mais aceito como um direito em várias partes do mundo. O acesso à informação como direito fundamental também é reconhecido por importantes organismos internacionais, como a UNESCO (1998), que fez constar em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 19) que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter

opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Holanda (2006, p. 62) salienta que é necessário alcançar as competências e desempenhos informacionais e tecnológicos para que se possa confrontar as dificuldades “como cidadão, trabalhador e consumidor”, sendo indispensável que haja a aprendizagem informacional e tecnológica.

Mas, infelizmente, muitos consumidores de informação encontram grandes dificuldades de acesso. Uma delas está nos aparatos tecnológicos inadequados, que não permitem o acesso nem suprem as necessidades informacionais do cidadão. Outra refere-se aos espaços físicos mal planejados, que dificultam tais acessos. Sobre essa questão, Santos (2000, p. 113) explica que o “cidadão pretende instalar-se”, porém não encontra regularidades nos ambientes e lugares. Podemos observar então que, frequentemente, a possibilidade de cidadania plena das pessoas não se concretiza em sua totalidade. Apontamos também a mesma situação quando se trata do acesso aos ambientes físicos das bibliotecas, que na maioria das vezes não se efetiva completamente, principalmente na questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Os problemas não são somente esses: segundo Clemente (2003, p. 15), o meio social tem se “preocupado com o homem-padrão”. Para esse autor, os projetos arquitetônicos são desumanos, na maioria das vezes não contemplam idosos, obesos, nem pessoas com deficiência, pois têm muitas barreiras arquitetônicas, num “excesso de escadas e portas estreitas”. As leis brasileiras estabelecem que seja realizada a adequação, porém não estão sendo cumpridas, porque existem “arquitetos e engenheiros insensíveis a essa questão”. Nesse sentido, as edificações deveriam ser construídas com base no desenho universal.

Outro fator importante exposto por Harvey (1994, p. 110) é que “na atual condição da arquitetura”, discute-se uma estética baseada em seus pontos de vista, ou seja, independentemente de relação humana e, com isso, explica o autor, as empresas imobiliárias responsáveis pelo gerenciamento das habitações e edificações estão destruindo as urbes e destituindo os indivíduos de sua residência.

Visando tornar uma cidade democrática, inclusiva, vinculada aos direitos de cidadão, Jordi Borja propunha também que os entes público incorporassem em seus esforços os diferentes atores sociais, econômicos e produtivos, que se otimizasse a mobilidade de todos os cidadãos e a acessibilidade de cada uma das áreas das cidades metropolitanas, garantindo que todas elas fossem visíveis e seguras, ou seja, atrativas, reconhecidas, e com intensa diversidade de funções e usuários, o que significa a seu ver, comportar as condições básicas da cidadania (ABRAHÃO, 2008, p. 49).

Segundo Holanda (2006, p. 64), as ações a serem desenvolvidas têm por obrigação integrar todas as esferas e meios sociais, não de forma restrita, mas devem ter como metas o ser humano “no seu estágio atual de conhecimentos e no seu contexto social”.

### **Comunicação**

De acordo com Martín-Barbero (2009, p. 28), a comunicação é considerada um assunto de âmbito cultural, digna de uma “sociedade” que potencializa o respeito sem deixar de lado “a liberdade” e a autonomia dos indivíduos que convivem em sociedade.

As novas formas de mediação e interação ampliaram o modo como os indivíduos se relacionam e compartilham ideias, permitindo-lhes aumentar o seu campo de conhecimento e se familiarizar com os acontecimentos do mundo, utilizando diversos meios provenientes de multimídias, como textos, imagens, vídeos, áudio, animação e documentos digitais. Tais possibilidades podem ser consideradas de suma importância para o desenvolvimento humano.

Mas as tecnologias em si só não podem suprir de forma completa todas as necessidades informacionais necessárias no contexto social. No relato de Sfez (1990, p. 162-163), a comunicação é considerada um regimento que se insere na relação dos seres vivos para perpetuar a espécie, bem como para proporcionar proteção das ações humanas, do reino animal ou da biodiversidade. Mas, quando há dificuldades na comunicação em relação ao homem, que interferem em suas ações e conduta, a sociedade torna-se impedida de manifestar seus anseios.

Em decorrência da conexão entre o telefone, o televisor e o computador, deu-se início à utilização de um novo instrumento de comunicação e, posteriormente, com a revolução

tecnológica e o advento da internet, vieram também as oportunidades para a interatividade e façanhas do mundo digital. Tal revolução sucedeu-se tanto do ponto de vista da comunicação quanto do ponto de vista econômico (RAMONET, 1999, p. 7).

Para Mattelart (2002, p. 149), a junção econômica e tecnológica leva a outras desigualdades no âmbito regional, em relação à sociabilidade de determinado ajuntamento de pessoas e também entre os continentes. Mas, para o autor, a concepção de “comunicação–mundo” aponta no rumo de pretensões excludentes.

No entanto, muitos acontecimentos não podem ser acessados, por não contarem com meios de comunicação adequados. Ramonet (1999, p. 76) discorre sobre o acesso que se pode revelar de modo restrito e de forma desigual, como segue:

Em primeiro lugar, a suposta liberdade que as novas tecnologias de informação oferecem não diz respeito a todo o mundo. Há, por exemplo, menos linhas telefônicas na África negra do que só na cidade de Tóquio. Uma outra ilustração é a do número de computadores pessoais no mundo, que mal ultrapassa os 200 milhões para uma população total de 6 bilhões de pessoas. A possibilidade de acesso à Internet é portanto limitada a 4% dos lares do planeta. No momento atual, existe realmente um risco de que uma nova forma, e grave, de desigualdade entre os seres humanos subsista, a de um mundo dividido em info-ricos e info-pobres. (RAMONET, 1999. p. 76).

Observamos que tal desigualdade vem afetar fortemente a parcela menos favorecida da sociedade. Sobre a questão da comunicação, Melo (2008, p. 7) mostra para a ligação com uma “folkcomunicação” que, segundo o autor, seriam as comunidades pobres que vivem “distantes da imprensa e da internet”, moram em regiões periféricas e, por “meios rudimentares”, expressam, reinterpretem e disseminam as informações que são divulgadas pelas mídias de massa. Sem condições de acesso aos “suportes midiáticos”, criaram seus próprios meios de comunicação e de expressão, como a conhecida manifestação popular, a exemplo do “folclore”, que está enraizado na cultura “humana” (MELO, 2008, p. 15).

Thompson (1999, p. 77) relata que, no passado, as relações de comunicação das pessoas umas com as outras era frente a frente, ou de maneiras representativas. A comunidade

utilizava, para partilhar em seu espaço comunitário, a cultura oral, que se constituía em decorrência de manter vivos na memória os acontecimentos, por meio das narrações dos contos. Na relação pessoal, as culturas eram limitadas ao ato de se comunicar, devido à distância que as pessoas tinham para se movimentar entre os lugares. Com os avanços dos novos meios tecnológicos, houve a necessidade de melhorar e adequar os modelos de comunicação preexistentes, enquanto o relacionamento das pessoas, que outrora ficava apenas no espaço físico, agora, com os avanços acontecidos, traz a oportunidade de interação e compartilhamento, de forma recíproca, do mesmo tempo e espaço.

Nas reflexões de Thompson (1999, p. 19), “desde as mais antigas formas de comunicação” até a mais atual expansão da tecnologia computacional, a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social. Nesse sentido, evidencia o autor:

O ambiente da mídia que nos foi legado pelos desenvolvimentos dos séculos XIX e XX ainda sofre hoje contínuas transformações. Em parte isto é o resultado da intensificação dos processos iniciados há um século: o crescimento dos conglomerados da comunicação continuou e suas atividades predatórias, em muitos contextos facilitadas pelo relaxamento nos controles do governo, alcançaram patamares inauditos: e os processos de globalização se aprofundaram, aproximando as partes mais distantes do globo por meio de teias de interdependência mais tensas e mais complexas. Mas há também novos fatores em jogo. Entre estes estão o desenvolvimento de novas formas de informação baseadas em sistemas de codificação digital e a gradual convergência da tecnologia de informação e comunicação para um sistema digital comum de transmissão, processamento e armazenamento. Estes desenvolvimentos estão criando um novo cenário técnico em que a informação e conteúdo simbólico podem se converter rapidamente e com relativa facilidade em diferentes formas. Eles oferecem muito maior flexibilidade, tanto no manuseio da informação quanto na sua transmissão. (THOMPSON, 1999, p. 76).

Podemos observar que, se por um lado a tecnologia vem trazer o progresso, por outro ela afeta a humanidade, como destacado anteriormente, por trazer à vida das pessoas entropias tanto físicas quanto tecnológicas. Outro fato que se deve observar, em relação à evolução



tecnológica, é que ela está relacionada com a velocidade e a violência tecnológica.

A velocidade da evolução da tecnologia gera determinada violência nos cidadãos, que muitas vezes, desprovidos de condições financeiras, não podem acompanhar o desenvolvimento, tendo o seu acesso à esfera social dificultado. Quando não é possível o acesso, a consequência é a exclusão social, o que não contribui com a cidadania.

Trivinho (2007, p. 89) classifica que tal agressividade, provavelmente por ser “a mais silenciosa e invisível [é] a mais implacável”. Nessa perspectiva, o citado autor (2007, p. 91) ressalta que, no passado, um conjunto de pessoas que detinha o poder econômico segundo o capitalismo, requeria dos trabalhadores que procedessem e se desenvolvessem como homens rápidos.

Ele também conceitua a velocidade e sua derivação como Dromos , e que seus vários aspectos acabam por refletir nos setores sociais. As definições de Trivinho (2007) vêm, na sequência, corroborar em sentido amplo as questões iniciadas anteriormente. Veremos a seguir a conceituação de dromopatologia.

A dromopatologia é considerada pelo autor como uma das causadoras de doenças nas pessoas, proporcionada pela violência da velocidade, por se exigir, de forma obrigatória, que os seres humanos, forçosamente, tenham habilidades.

De acordo com Gregori (1997/1998, p. 25), “o avanço da civilização no mundo” registrado na história ocorreu por meio dos atos firmados sobre os direitos da humanidade. Falamos aqui sobre os “direitos humanos” que, em síntese, são as sequências alcançadas na história das conquistas entre os povos, direitos conquistados em lutas entre as nações. Os direitos afirmados na “história do século XX” podem servir como exemplo para a conquista de outros direitos. O século passado foi acometido por inúmeras guerras, instabilidade e perda de “vidas humanas”, por enormes calamidades, e o homem certificava a regressão quanto a garantir a defesa dos direitos humanos adquiridos. Depois do estabelecimento da Organização das Nações Unidas firmou-se o documento com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que representa o “compromisso das Nações com a dignidade humana e com o

respeito ao indivíduo”. Mas tais direitos foram desrespeitados mais tarde por regimes que queriam controlar o sistema.

Segundo Arendt (2007, p. 48), no passado, qualquer pessoa que “vivesse” exclusivamente restrita, como o “escravo” impedido de partilhar da vida pública, ou uma sociedade considerada sem civilização, se não se esforçasse a fim de se firmar e se instituir na “esfera pública”, não era considerada completamente “humana”. Para Arendt (2007, p. 67), isso pode acontecer nas circunstâncias de uma separação autoritária, onde não há concordância de ambos os lados. Tal ocorrência pode se dar de forma inesperada, por momentos de depressão, irritação ou nervosismo, e também com um povo, por violência e opressão, objetivando controlar e dominar o outro. Com esses acontecimentos, os seres humanos se convertem em pessoas completamente restritas, sem “ver e ouvir os outros” e vice-versa.

Sendo assim, a autora (2007, p. 68) entende que “para o indivíduo” que leva a sua vivência completamente restrita, denota, além de todas as coisas, ser privado de direitos fundamentais à sua realidade como um ser humano real. Além disso, ao ser excluído efetivamente de ser observado e de ser “ouvido” pelo próximo e de ter um relacionamento com propósitos, deixa-se de se ter chances de uma concretização mais duradoura que a “vida” do homem. Tal restrição se constitui com o afastamento das pessoas; com isso, “o homem privado” desconhece a si mesmo e, desse modo, é considerado como se fosse inexistente, não tendo o mínimo valor para os demais com os seus atos, além de viver fora do contexto social. Observamos com esses apontamentos que, para o ser humano obter uma vida satisfatória, é necessário que ele viva não de maneira isolada, mas se relacione, a fim de que possa ser reconhecido de maneira plena como um cidadão. Com isso, os seres humanos vêm abstrair da diversidade cultural, social e tecnológica os conhecimentos para ter uma vida de liberdade com equidade e com justiça social.

Na concepção de Bauman (1999, p. 39), a “liberdade é uma relação de poder”; é livre aquele que apenas pode atuar em conformidade com o seu desejo e obter os sucessos desejados. Na realidade, todos os seres humanos almejam a tão sonhada liberdade, mas,

adquiri-la em sua plenitude seria uma utopia. Isso significa que as nossas intenções serão alcançadas de acordo com o nosso grau de capacidade, possibilidades e poder de decisão. Tais apontamentos nos colocam numa situação de disputa, em que atacaremos, mas também, de forma recíproca, seremos atacados. Se não atacarmos, poderemos ser considerados derrotados, mas atacando, também não seremos considerados vitoriosos.

### **A biblioteca e as tecnologias digitais**

Na atualidade, é inconcebível que uma instituição pública que forma pessoas e dissemina informação, cultura e conhecimento esteja aquém, no âmbito tecnológico; é necessário que ela acompanhe a tecnologia vigente. Mas, na maioria dos casos, a realidade é outra, a pretensão fica abaixo da realidade, dos anseios e objetivos, por causa de outros interesses, que nada têm a ver com a questão social. E assim, as pessoas e suas necessidades ficam em último plano; a sociedade, inferiorizada, fica prejudicada por falta de investimentos tecnológicos.

Outro fator importante, apontado por Castells (2009, p. 108-109), é a questão da quebra do “paradigma da tecnologia da informação”. Tal orientação poderá servir para proporcionar a direção a ser seguida rumo às mudanças relativas à sociedade. Cumpre notar, nesse sentido, que as tecnologias devem atuar para disponibilizar a informação de forma ampla, e não o contrário. No entanto, a atuação dos efeitos das novas tecnologias de informação no individual e no coletivo deve ser adaptada, para se tornar uma rede maleável e integrada, com a finalidade de proporcionar o acesso à interação e ao desenvolvimento intelectual.

Por sua vez, entra nesse contexto a biblioteca, como uma instituição que media a informação e o conhecimento para a humanidade. Também conhecida como centro de informação, a biblioteca é de extrema importância, sendo considerado o elo entre o saber e o homem.

Segundo Milanesi (2003, p. 24), a biblioteca é a mais antiga criação cultural. Desde que o homem passou a documentar o saber em “tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos e papéis impressos” ela continua presente na história e nas tradições, como na de Alexandria, existente na “época de Cristo”, e multiplicando-se nas igrejas “medievais”, acondicionando o

conhecimento da humanidade.

Romani e Borszcz (2006, p. 6) apontam que “as bibliotecas têm um valor inquestionável para a sociedade” e são consideradas guardiãs do conhecimento da humanidade. Não são observadas apenas como um ambiente adequado para se colocar livros, mas para romper as barreiras por meio das “redes de comunicação”, proporcionando a conexão ao “mundo do conhecimento” de qualquer localidade.

No entanto, na descrição de Lancaster (1996, p. 11-13), para que as bibliotecas atuem como facilitadoras na geração de novos conhecimentos e venham a obter sucesso na função de atender bem os seus usuários, é necessário que sejam orientadas e sigam algumas regras. Por exemplo, uma das leis da biblioteconomia, formulada por Ranganathan, assegura orientar e avaliar segundo critérios e métodos, além de proporcionar a expressão das metas que um serviço de informação deveria se esforçar para alcançar; essa lei salienta que a “biblioteca é um organismo em crescimento”. A contemporaneidade impõe que as bibliotecas se adaptem, tanto para suprir as necessidades informacionais sociais, como para acompanhar a evolução tecnológica, e assim possam atender os usuários de forma rápida e eficiente.

A biblioteca tem como função disseminar informações ou conhecimento, estejam eles contidos nos documentos impressos nas diversas mídias existentes no acervo físico, ou no sistema de busca de informação em ambiente online.

De acordo com o *Online Dictionary for Library and Information Science* (ODLIS), informação consiste em dados apresentados em forma prontamente compreensível para que o significado seja atribuído dentro do contexto de seu uso. Em um sentido mais dinâmico, a mensagem transmitida pelo uso de um meio de comunicação indica que uma mensagem específica é informativa ou não, dependendo da percepção subjetiva da pessoa que a recebe (REITZ, 2010).

Segundo Le Coadic (2004, p. 4), a “informação é um conhecimento” representado de várias maneiras, podendo estar contida em material impresso, eletrônico, ou por meio “audiovisual”. A sabedoria é produto do “ato de conhecer”, no qual há compreensão,

identificação, discernimento ou percepção em relação a determinado assunto ou a algum campo do conhecimento. Proporciona, ao que adquire o conhecimento, habilidades e possibilidades de construir e gerar de forma competente outros conhecimentos, em qualquer aspecto da vida social, no âmbito das relações formais ou científicas.

Pode-se dizer que as informações são de grande valia nesta época em que vivemos, considerada a era da informação e do conhecimento. Moresi (2000, p. 14) vê a “importância da informação”, quando ela é admitida como valiosa por vários segmentos da sociedade, como as organizacionais, que a têm “como um instrumento de gestão” para empresas e indústrias, saúde, economia, ciência e pesquisas científicas, indo além para movimentar o mundo. Tal relação da informação com a sociedade pode ser determinante para atingir as metas almejadas.

Ainda na explanação de Moresi (2000, p. 19), o “conhecimento não é estático” e se altera de acordo com o envolvimento das pessoas em sua “interação com o ambiente”, viabilizando gerar um novo conhecimento. Com isso, aprendem-se novas coisas, juntando novas informações, a ponto de que a informação e o conhecimento se elevam ao “nível mais alto desta hierarquia, a inteligência”, ou seja, podem ser utilizados em benefício das pessoas com chance de tornar suas realizações e suas metas atingíveis.

### **Tipos de bibliotecas**

A Fundação Biblioteca Nacional já ampliou o conceito tradicional de biblioteca.

A biblioteca é, pois, uma instituição que agrupa e proporciona o acesso aos registros do conhecimento e das ideias do ser humano, através de suas expressões criadoras. Como registros entende-se todo tipo de material em suporte papel, digital, ótico ou eletrônico (vídeos, fitas cassetes, CD-ROMs, etc.) que, organizados de modo a serem identificados e utilizados, compõem seu acervo. Sem fins lucrativos, objetiva atender à comunidade em sua totalidade. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 17).

Além dessas definições, identificam-se outras funções básicas assumidas pelos sistemas de bibliotecas: arquivamento de conhecimento, preservação e manutenção da cultura,

disseminação e compartilhamento de conhecimento, recuperação de informação, educação e interação social.

Dando continuidade ao exposto acima, atualmente há várias bibliotecas, como a infantil, a pública, a escolar, a universitária e a especializada. As diversas bibliotecas foram formadas de acordo com as necessidades das comunidades. Iniciando pela biblioteca infantil, vemos que ela é considerada muito importante, por participar do início da alfabetização das crianças, geralmente de forma lúdica, e tem o objetivo de contribuir para o processo de incentivo à leitura, atuando também por meio de diversas atividades apropriadas a cada faixa etária. Um desses mecanismos é contar histórias, outros são as brincadeiras, jogos e demais ações desenvolvidas com a comunidade.

Já a biblioteca pública, segundo a Fundação Biblioteca Nacional (2000, p. 17), deve proporcionar o acesso à informação de forma igualitária, em sua máxima amplitude, independentemente de “posição social, idade, sexo, raça etc.” e oferecer à sociedade diversos saberes, como o conhecimento divulgado nas literaturas, livros e periódicos, entre outros, que satisfaçam as necessidades da comunidade. Tais bibliotecas devem, ainda, fornecer informações mínimas sobre a funcionalidade das estâncias governamentais, dos serviços prestados às comunidades e informações oficiais. Devem também dispor de um ambiente favorável a trocas de ideias e ao compartilhamento de ações culturais e recreativas.

A biblioteca escolar, conforme os apontamentos realizados no Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO (2000, p. 1), tem como objetivo fornecer as informações necessárias aos estudantes das comunidades, para que eles se preparem e desenvolvam competências “ao longo da vida”. Ela deve também proporcionar o crescimento intelectual, para que no futuro a sociedade venha a ter indivíduos com responsabilidade. Tal biblioteca, em suas atividades, visa contribuir para que os usuários possam se constituir em “pensadores, críticos” e pessoas assíduas na busca de informações em diversos suportes.

Em relação às bibliotecas universitárias, ou “acadêmicas”, temos os apontamentos de Caregnato:

Bibliotecas acadêmicas desempenham um papel central no processo educacional; além de apoiar a pesquisa, o ensino e o aprendizado através da provisão do acesso à informação, elas também devem oferecer serviços voltados para o aprendizado de métodos e técnicas de busca e uso da informação e exploração de recursos informacionais, tanto para atividades relacionadas ao curso imediato de estudo quanto para as necessidades da vida profissional futura.

No entanto as bibliotecas nem sempre têm cumprido eficientemente este seu papel. Elas vivem hoje um momento especial, há um[a] pressão constante para que melhorem a qualidade dos serviços prestados aos seus usuários, particularmente no momento em que se observa uma mudança paradigmática em Ciência da Informação e Biblioteconomia, e de uma abordagem centrada em sistemas para uma abordagem centrada no usuário, e quando a explosão dos recursos e fontes de informação, especialmente as eletrônicos, é esmagadora.

No Brasil, particularmente nas últimas décadas, recursos financeiros e humanos na bibliotecas parecem ter sido primordialmente canalizados para a informatização, como conseqüência alguns serviços foram penalizados, dentre estes destacam-se aqueles relacionados ao atendimento do público, e em particular a educação de usuários. É impossível discordar d[o] empenho colocado em dominar e aplicar as tecnologias dos computadores e das telecomunicações nas bibliotecas, pelo contrário, pode-se observar que muito ainda dever ser realizado neste sentido. No entanto é preciso lembrar que bibliotecas são instituições provedoras de serviços e todo e qualquer aplicação de tecnologia tem um único objetivo: oferecer mais e melhores serviços aos usuários. A integração da tecnologia da informação e educação de usuários, por exemplo, pode oferecer serviços que são verdadeiramente centrados no usuário. (CAREGNATO, 2000, p. 48).

Sobre a biblioteca especializada, Fonseca (2007, p. 53) ressalta que ela atende a diversos estabelecimentos e várias classes de profissionais. Nesse tipo de biblioteca há um campo de informações mais centradas para atender determinado público, mas com a mesma necessidade informacional. Difere das demais bibliotecas quanto ao tipo de informação armazenada e à tipologia de usuários.

Cabe nos refletir que, no contemporâneo, o desenvolvimento das TICs fortemente marcado tanto pelo ciberespaço quanto pela cibercultura, vêm permitir que lugares como as bibliotecas sejam visitados virtualmente, em tempo real e sem limites, e ainda proporcionam

muita interatividade, além do acesso a tecnologias digitais. Lévy (2010, p. 17) classifica a “cibercultura” como um composto de procedimentos “materiais”, mentais e da subjetivação, que crescem em conjunto com a rede.

Entretanto, as mudanças não ocorreram somente nas bibliotecas definidas acima. As bibliotecas tradicionais passaram também por transformações, graças à evolução tecnológica que fez com que surgissem outros tipos de bibliotecas, como as virtuais, as eletrônicas e as digitais. As bibliotecas virtuais diferem das físicas em questões tecnológicas; o acesso é por meio de redes, que proporcionam a interação de qualquer ponto do espaço.

Em se tratando da biblioteca eletrônica, Rowley (2002, p. 19) explica que há inúmeras interpretações que se aplicam à expressão "biblioteca eletrônica".

Para se chegar a uma definição é útil admitir que a biblioteca eletrônica não se refere à automação da biblioteca. Não se trata apenas da Internet, pois todos concordam que a Internet é anárquica. Não se trata de conjuntos de dados secundários. Tudo isso são aspectos ou componentes pertinentes, porém a característica necessária e suficiente da biblioteca eletrônica é ser formada por material primário essencialmente em formato eletrônico. Em 1995 aperfeiçoamos nossa definição de modo a levar em conta as pesquisas realizadas e chegamos ao seguinte: ‘um ambiente administrado de materiais multimídia em formato digital, destinado a beneficiar a população de usuários, estruturado para facilitar o acesso o seu conteúdo e equipado com recursos de auxílio à navegação na rede global’. (ROWLEY, 2002, p. 20).

A última é a biblioteca digital. Conforme apontam Tamaro e Salarelli (2008, p. 117), é uma biblioteca conectada à rede no mundo online, onde se encontram as páginas da web que são formadas por milhões de pessoas. Esse tipo de biblioteca não contém livros na forma convencional e nela a informação pode ser acessada a partir de locais remotos por meio de redes de computadores, em meios físicos distintos como áudio, vídeo, documentos e imagens digitais, entre outros.

### **A biblioteca na promoção da inclusão social e da cidadania**

Uma pessoa bem informada é capaz de reconhecer, acessar e saber os seus direitos fundamentais previstos na Constituição, tais como saúde, educação, direitos previdenciários e



direitos humanos. Por essa razão, o acesso à informação tem sido cada vez mais aceito como um direito em várias partes do mundo. O acesso à informação como direito fundamental também é reconhecido por importantes organismos internacionais, como a UNESCO (1998), que fez constar em sua Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 19) que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

Holanda (2006, p. 62) salienta que é necessário alcançar as competências e desempenhos informacionais e tecnológicos para que se possa confrontar as dificuldades “como cidadão, trabalhador e consumidor”, sendo indispensável que haja a aprendizagem informacional e tecnológica.

Mas, infelizmente, muitos consumidores de informação encontram grandes dificuldades de acesso. Uma delas está nos aparatos tecnológicos inadequados, que não permitem o acesso, nem suprem as necessidades informacionais do cidadão, bem como nos espaços físicos mal planejados, que dificultam tais acessos. Sobre essa questão, Santos (2000, p. 113) explica que o “cidadão pretende instalar-se”, porém não encontra regularidades nos ambientes e lugares. Podemos observar então que, frequentemente, a possibilidade de cidadania plena das pessoas não se concretiza em sua totalidade. A mesma situação surge quando se trata do acesso aos ambientes físicos das bibliotecas, que na maioria das vezes não se efetiva completamente, principalmente na questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência.

Outro aspecto referente à cidadania e à inclusão social é ressaltado por Sasaki (1997, p. 41):

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p. 41).

Já para Ianni (2008, p. 39), as sociedades contemporâneas, a despeito de suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Para o autor (2008, p. 121), a racionalidade tecnológica se espalha progressivamente por muitos lugares, tais como locais de trabalho e lazer, instituições, círculos de convivência social, modos de ser, agir, sentir, pensar e imaginar. Giddens (2007, p. 457-458) diz que "a nova modernidade não pode ser desfeita por desejos". No entanto, há necessidade de que ela seja refeita, a fim de se permitir maior amplitude de interesses, como também viabilizar que a sociedade venha a alcançar seus objetivos, visto que pensar nas questões sociais é procurar entender o ser humano.

#### **Acessibilidade e pessoas com deficiência**

Segundo Clemente (2003, p. 15), o meio social tem se “preocupado com o homem-padrão”. Para esse autor, os projetos arquitetônicos são desumanos, na maioria das vezes não contemplam idosos, obesos nem pessoas com deficiência, pois têm muitas barreiras arquitetônicas, num “excesso de escadas e portas estreitas”. As leis brasileiras estabelecem que seja realizada a adequação, porém não estão sendo cumpridas, porque existem “arquitetos e engenheiros insensíveis a essa questão”. Nesse sentido, as edificações deveriam ser construídas com base no desenho universal.

Na década de 1970, a expressão "pessoas deficientes" referia-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma as necessidades de uma vida individual e social normal, em decorrência de uma deficiência, fosse ela congênita ou adquirida, parcial ou total, física ou mental (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975).

Até a década de 1980, a sociedade utilizava termos como aleijado, defeituoso, incapacitado ou inválido. Passou-se então a utilizar o termo “deficiente” por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, estabelecido pela ONU, a partir de 1981. Em meados dos anos 1980 entraram em uso as expressões "pessoa portadora de deficiência" e "portadores de deficiência". A partir da década de 1990, a terminologia utilizada passou a ser

“pessoas com deficiência”, que permanece até hoje (SILVA, 2009).

A expressão “pessoas com deficiência” também consta no texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Assembleia Geral da ONU, de 13 de dezembro de 2006. Tal convenção foi ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pelo Decreto no 6.949, de 25 de agosto de 2009 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006).

De acordo com informações do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

O país, no ano de 2000, tinha 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. E embora tenham sido criados 6,5 milhões de postos de trabalho com carteira assinada entre 2007 e 2008, dados do Ministério do Trabalho mostram que o número de trabalhadores com deficiência caiu 12% durante o mesmo período. O problema da inclusão no âmbito das deficiências não atinge apenas o trabalho, mas também o ambiente escolar que, desde 2008, se depara com um novo paradigma acerca da definição conceitual de deficiência. Em tratado da ONU, de 2008, e que foi adotado pelo Brasil como norma constitucional, a definição de deficiência deixa de ser somente clínica e técnica, e passa a incorporar a questão da funcionalidade. Isto é, o quanto a sociedade disponibiliza ao deficiente, em termos de tecnologias de acessibilidade, é que define o grau de deficiência da pessoa. (NASSIF, 2011).

Conforme divulgado no Censo 2010 do IBGE, atualmente o Brasil tem 45,6 milhões de pessoas com deficiência. Dos cerca de 190 milhões de brasileiros, aqueles com pelo menos uma deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental, somam 23,9% (SECRETARIA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2011).

### **Considerações Finais**

O presente trabalho de cunho reflexivo, cujo tema está pautado sobre os meios de comunicação e a acessibilidade em relação ao processo de inclusão social em bibliotecas públicas na era das tecnologias digitais, vem permitir que sejam relatados quais são os dispositivos tecnológicos de sociabilidade propiciados pelas tecnologias de informação e comunicação no contemporâneo. A relações em relação aos sistemas de comunicação de informação, não só na história da humanidade, mas também em relação à acessibilidade e às desigualdades no atual contexto social. Muitos indivíduos desprovidos de suportes midiáticos

e, muitas vezes, sem a vida e a adaptabilidade que lhe são necessárias, ficam sem condições de desenvolver suas capacidades cognitivas. Essas capacidades, frequentemente derivadas da velocidade do desenvolvimento tecnológico, refletem-se nos setores sociais, exigindo rapidez, adequação e aptidão que, em contrapartida, causam graves patologias na existência humana e trazem uma segregação em cadeia. Nesse sentido, observamos que, quanto mais se aperfeiçoa a comunicação mediatizada, rompendo escalas de tempo e espaço, mais difícil parece a comunicação direta, física, com o outro. Essa decorrência extrema é um grande problema a se resolver. Observa-se que, quanto mais se investe em tecnologia de comunicação e informação, mais entropia tecnológica é causada à sociedade menos favorecida. Conseqüentemente, é necessário que não se invista apenas em tecnologia, e sim nos seres humanos, mais especificamente em pessoas desprovidas de conhecimentos mínimos tecnológicos e recursos financeiros. Nesse contexto, também entram as pessoas com deficiência, que devem ser observadas de perto pelas instituições sociais, empresas e organizações governamentais, a fim de reduzir ou amenizar tanto a segregação tecnológica, quanto o acesso ao conhecimento pelos espaços físicos.

Considerando que os fatos apontados acima se refletem sobre o valor do ser humano como pessoa, é difícil acreditar, de fato, que os governantes, por meio de seus ideais, conspiraram contra a natureza humana, em busca de um ser-padrão. Ao trazer imposições às pessoas que procuravam apenas viver dignamente, a história nos mostra que o homem não ficava só à margem do descaso, mas estava sem valor algum, a ponto de chegar à morte. No passado, imperavam a arrogância e a aversão em seus vários aspectos da vida; os considerados de classes inferiores, por culpa dos governantes de Estado, de maneira odiosa e agressiva, viviam em guerra, e se viam impossibilitados de suportar as comunidades, ferindo-se a dignidade humana de forma radical, preconceituosa e intransigente. Com isso, podemos observar também que, para que o cidadão (pessoa com deficiência) venha a adquirir as informações e o conhecimento, e possa se sentir valorizado, é necessário que tenha acesso aos conteúdos e consiga transmiti-los. Olhar para o cidadão e viabilizar a acessibilidade a

todos, principalmente às pessoas com deficiência, significa contribuir para diminuir a exclusão social e dar-lhes uma oportunidade para que se desenvolvam como pessoas, com respeito e dignidade.

Nesse sentido, as bibliotecas, por meio de um planejamento adequado, podem vir a atender as pessoas com deficiência, com acessos satisfatórios tanto nos ambientes físicos quanto nos midiáticos e, com isso, colaborar com o desenvolvimento educativo, cultural e intelectual das pessoas com deficiência, propiciado pelo acesso à informação e ao conhecimento de forma irrestrita.

### Referências Bibliográficas

ARENDRT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ABRAHÃO, S. L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificação, espaço mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Rev. de Bibliotecon. & Comun.**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2009. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 1).

CLEMENTE, C. A. (Coord.). **Conviva com a diferença: para a sociedade normal se relacionar - numa boa - com as pessoas portadoras de deficiência**. Osasco: Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, 2003.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

GIDDENS, A. (Org.). O debate global sobre a terceira via. São Paulo: UNESP, 2007.

GREGORI, J. Os direitos humanos em perspectiva. In: LERNER, J. (Coord.). et al. **Cidadania, verso e reverso**. São Paulo: IMESP, 1997/1998, p. 25-29.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.

HOLANDA, A. Atalhos para o resgate da cidadania. **Inclusão Social, Brasília**, v. 2, n. 7, p. 60-66, out./mar. 2006.

- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu Costa. 3. ed. São Paulo: 34, 2010.
- MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trads. Ronald Polito, Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- MATTELART, A. **A globalização da comunicação**. Trad. Laureano Pelegrin. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- MELO, J. M. de. (Org.). **O campo da comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MILANESI, L. **A casa da invenção**. 4. ed. São Paulo: Siciliano, 2003.
- MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/246/214>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: Nações Unidas, 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/disabilities/default.asp?id=150>>. Acesso em: 28 jun. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Deficientes Físicos**. 1975. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2012.
- RAMONET, I. **A tirania da comunicação**. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1999.
- REITZ, J. M. **Information. ODLIS**. 2010. Disponível em: <[http://lu.com/odlis/odlis\\_i.cfm](http://lu.com/odlis/odlis_i.cfm)>. Acesso em: 07 out. 2010.
- ROMANI, C.; BORSZCZ, I. (Org.). **Unidades de informação conceitos e competências**. Florianópolis: UFSC, 2006.
- ROWLEY, J. **A biblioteca eletrônica**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
- SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. **Último censo do IBGE revela 45,6 milhões de pessoas com deficiência no país**. 2011. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/sis/lenoticia.php?id=967>>. Acesso em: 04 maio 2012.
- SFEZ, L. **Crítica da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget. 1990. (Epistemologia e Sociedade).
- SILVA, M. I. da. **Por que a terminologia "pessoas com deficiência"?** 2009. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/sensibiliza/por-que-terminologia-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Trad. Wagner de Oliveira Brandão; revisão da trad. Leonardo Avritzer. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- TRIVINHO, E. **A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada**. São Paulo: Paulus, 2007. (Coleção Comunicação).

UNESCO. **Declaração universal dos direitos humanos: adotada e proclamada pela resolução 217 A (III)** da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2012.